

## Dimensões Conceituais do Desvio: do Formalismo ao Homoerotismo

*José Luiz Foureaux de Souza Júnior, PhD<sup>23</sup>*

*Aqui, há uma distinção básica, negligenciada demasiado freqüentemente nos estudos literários, entre dois tipos de projetos: um, modelado na lingüística, considera os sentidos como aquilo que tem de ser explicado e tenta resolver como eles são possíveis. O outro, por contraste, começa com as formas e procura interpreta-las, para nos dizer o que elas realmente significam. Nos estudos literários, este é um contraste entre a poética e a hermenêutica. A poética começa com os sentidos ou efeitos comprovados e indaga como eles são obtidos (...). A hermenêutica, por outro lado, começa com os textos e indaga o que eles significam, procurando descobrir interpretações novas e melhores.*

*(Jonathan Culler, Teoria da Literatura: uma introdução)*

---

<sup>23</sup> Professor da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).



O que vai aqui dito é simplesmente uma tentativa de síntese de um longo e intrincado processo de investigação teórica acerca da Literatura. O pressuposto básico é o de que é necessário, mais que possível, produzir um conhecimento específico acerca do literário, para que esta “disciplina”, a Teoria da Literatura, não se torne apenas um exercício retórico de descrição de um objeto alheio a este mesmo exercício. Daí a idéia de que a leitura do texto literário não perde, nunca, a sua efetividade. O conhecimento teórico que se procura produzir, então, terá a marca do exercício da leitura crítica que interpreta, projetando sentidos discursivos possíveis, a partir de uma subjetividade que se constitui e se submete, paradoxal e simultaneamente, neste mesmo discurso. O leitor deixa de ser a figura decorativa entronizada por uma certa tradição teórica, para ocupar o lugar de centro do discurso teórico-crítico-interpretativo da literatura, instituído a partir dos estudos da Estética da recepção.

Assumido este pressuposto, é possível conceber o “olhar” do leitor como o elemento agente desta construção discursiva que é a Teoria da Literatura, pois é a ele que a subjetividade autoral se dirige. Nesses termos, pensar estas subjetividades voltadas e/ou marcadas pela sexualidade, e mais, uma sexualidade que procura a identificação entre seus “iguais” – estou aqui me referindo ao que denomino de olhar homoerótico – faria desta legítima instância discursiva, textual, um operador a mais para a leitura do que a literatura está a produzir. Tal possibilidade causa um estranhamento justificável que, nas palavras de Eagleton, remonta aos formalistas russos:

Os formalistas começaram por considerar a obra literária como uma reunião mais ou menos arbitrária de “artifícios”, e só mais tarde passaram a ver esses artifícios como elementos relacionados entre si: “funções” dentro de um sistema textual global. Os “artifícios” incluíam som, imagens, ritmos, métrica, rima, técnicas narrativas; na verdade, incluíam todo o estoque de elementos literários formais; e o que todos esses elementos tinham em comum era o seu efeito de “estranhamento” ou de “desfamiliarização”. A especificidade da linguagem literária, aquilo

que a distingua de outras formas de discurso, era o fato de ela "deformar" a linguagem comum de várias maneiras.

(EAGLETON, 1983, p.4)

O que o autor parece não ter notado e, por conta disso, não deu a devida importância, foi o fato de que a arbitrariedade é o traço fundamental da subjetividade e esta não tem regras universais e fixas para se expressar, seja em linguagem comum, seja em linguagem literária. De mais a mais, talvez fosse o caso de se associar esse "estranhamento" provocado pela linguagem literária, nas palavras do autor, a uma percepção inconsciente de que um sujeito "outro" se explicita no exercício dessas mesmas possibilidades "técnicas" anunciadas, que caracterizam o fazer literário. Não estaria aqui uma oportunidade de se pensar, nos termos da linguagem literária, em um princípio de sexualização da literatura? Na altura do Formalismo Russo, não é equivocado considerar a influência das idéias freudianas acerca do assunto e perceber seu impacto no desenvolvimento teórico das próprias Ciências Humanas, de maneira geral. Afinal de contas, um novo "paradigma" já estava posto.

As idéias de arbitrariedade, artifício e funções, no raciocínio de Eagleton, levam a pensar na idéia *mater* do Formalismo: o desvio. Essa noção, relacionada diretamente a seu oposto, a noção de norma, na perspectiva lingüística dos formalistas russos, pode ensejar uma visada homoerótica, ao explicitar a possibilidade crítica de uma espécie de norma outra, que aponta para a escrita da homotextualidade, sem a preocupação de manter uma ética (ainda que implícita) da legitimação hegemônica da literatura. Isso faz retomar os caminhos do "cânone", em seu processo de constituição crítico-discursiva, estabelecendo "normas" secundárias para reconhecimento de "valor" literário das obras. Este estabelecimento, por sua vez, far-se-á modificado pela perspectiva do pretendido olhar homoerótico.

Com a inserção da idéia de um olhar homoerótico, como mediação operacional, esse tipo de dicotomia deixa de existir, enquanto critério de legitimação e quebra com o influxo do pensamento "formalista". Este, por sua vez, pode sustentar a celebração do desvio como a citada norma "outra". Em outras palavras, o que se destaca como vetor de orientação da busca de uma literariedade fundadora do

estatuto do literário, para os formalistas russos, acaba por constituir-se como um vetor outro, apontado para a inserção do olhar homoerótico, enquanto olhar desviante – em relação à tradição hegemônica –, desenhado um horizonte de expectativas também outro. Tanto no Formalismo, quanto na interlocução entre literatura e homoerotismo, o que se destaca é o papel do desvio, como o elemento de orientação e discussão do perfil discursivo que a Teoria da Literatura desenvolve, enquanto produção de conhecimento, quando da abordagem do literário, texto cultural diversificado e, por isso mesmo, afeito a essas novas visadas críticas.

Mais importante que isso, a idéia de desvio de linguagem – fundamental para os formalistas russos – é a chave do equacionamento que o olhar homoerótico propõe. Ou seja, para os formalistas, a literatura se constitui – enquanto trabalho estético com a linguagem – se, e somente se, souber explorar os desvios que essa mesma linguagem deixa entrever. Estabelece-se, então, uma “norma”, a qual tem de ser “esquecida” para que a criação apareça. Ora, toda norma pressupõe o seu próprio desvio e a constância deste acaba, por sua vez, constituindo uma outra norma.

No caso do Formalismo, por que não considerar o desvio lingüístico como a explicitação *poética* de desvios outros, de ordem *vária*? Subscrever a Teoria da Literatura à consideração dos desvios da linguagem *per se* é denegar um princípio constitutivo da própria linguagem: a subjetividade. Esse é o *nó* do Formalismo, na perspectiva do olhar homoerótico: a redução do exercício interpretativo/teórico da Literatura *apenas* como linguagem, como texto. Não há como negar a participação da subjetividade nesse processo, e isso é tudo aqui. Como (pré) determinar, apenas na expressão lingüística, o desvio como norma a ser considerada crítica e/ou teoricamente? Esta impossibilidade sustenta a hipótese de revisitar o Formalismo russo, na perspectiva desenhada, dado que nesta a idéia de desvio ganha espessura, desvinculando-se do perímetro lingüístico, em tudo e por tudo redutor. Em outras palavras, articulam-se as duas dimensões anunciadas na epígrafe, que caracterizam de certa forma, o exercício de leitura crítico-interpretativa da Teoria da Literatura: a dimensão poética e a dimensão hermenêutica.

Por outro lado, como circunscrever o texto – produto do desvio lingüístico – à sua expressão poética de um exercício racional de utilização da língua? O sujeito, para além de suas determinações conscientes – Freud àquela altura já tinha feito suas advertências – explicita pela língua um universo incomensurável de motivações inconscientes; todas elas, de maneira geral, marcadas pela sexualidade em sua multiforme expressão. Denegar isso é como dizer que a linguagem é uma entidade autônoma e independente. Cada um de nós está cansado de saber que não é assim que as coisas funcionam... Entretanto, a aproximação entre o Formalismo russo e a intervenção do olhar homoerótico sobre a literatura, encontra um ponto comum, ponto de fuga que os aproxima e faz com que os dois passem por uma interação no sentido de voltar-se para as possibilidades infinitas de leitura. O “desvio” dos formalistas russos, em tudo e por tudo, não deve ser afastado do “desvio” – moralmente condenado – que pode ser explicitado pela operacionalidade do olhar homoerótico. Tanto numa, quanto noutra direção, é a idéia de fuga de uma “norma” que se apresenta como panorama ao qual o olhar crítico deve se voltar.

Fica patente, ainda que de maneira um tanto superficial, que o Formalismo russo provoca o ocultamento da alteridade do sujeito, na alteridade da linguagem. Sua visada crítico-teórica fazia *tabula rasa* das diferentes possibilidades de alteridade, resumindo-as todas na própria idéia de desvio. Ora, ainda que, aparentemente, tenha faltado aos formalistas russos a sensibilidade de perceber que a linguagem desviante – o que, ao fim e ao cabo, para eles, era a literatura – é a expressão de uma subjetividade outra, que se dirige a um interlocutor/sujeito, também outro; não se deve descartar a possibilidade de estabelecer uma interlocução entre este mesmo desvio – qualquer que seja – e o olhar homoerótico, na perspectiva mesma da (re)construção da Teoria da Literatura. Este detalhe, o da interlocução entre alteridades subjetivas (ou subjetivadas!) parece ter escapado aos formalistas russos, o que não chega a condená-los à execração total. Pelo contrário, é por isso mesmo que esta perspectiva de abordagem se faz interessante aqui. É quase inconcebível acreditar que eles tenham deixado escapar esse “detalhe”, uma vez que todo o seu trabalho está imbuído da força operacional da alteridade da linguagem literária. A

redução por eles produzida foi profunda, mas pode, hoje, ser resgatada com a operacionalidade do olhar homoerótico.

Por outro lado, pode-se inferir um certo sentido tautológico, amarrando o tecido de leituras sucessivas e intrinsecamente ligadas, fazendo pensar na distância entre as concepções de linguagem consideradas, respectivamente, pelos formalistas russos e por exemplo, pelo próprio Foucault. Instituindo o discurso, como espaço de representações significativas operadas pela leitura, o desvio deixa, definitivamente, de ficar circunscrito ao campo de ação da linguagem *per se*. O sujeito, no caso, o leitor, vai ser então o responsável pela articulação dos sentidos múltiplos de que fala Foucault, que tem a sua tese sobre a imponderabilidade do poder da linguagem por ela mesma, corroborada. De certa forma, remonta-se aqui à idéia de transgressão, implícita nas argumentações que o pensador francês desenvolve acerca do conceito de poder, o quê, ao final das contas, aparece articulado ao conceito de discurso, na dicção do mesmo pensador:

O jogo dos limites e da transgressão parece ser regido por uma obstinação simples: a transgressão transpõe e não cessa de recomeçar a transpor uma linha que, atrás dela, imediatamente se fecha de novo em um movimento de tênue memória, recuando então novamente para o horizonte do intransponível. Mas esse jogo vai além de colocar em ação tais elementos: ele os situa em uma incerteza, em certezas logo invertidas nas quais o pensamento rapidamente se embarça por querer apreendê-las.

O limite e a transgressão devem um ao outro a intensidade de seu ser: inexistência de um limite que não poderia absolutamente ser transposto; vaidade em troca de uma transgressão que só transportaria um limite de ilusão ou de sombra. (FOUCAULT, 2001, p.32)

Em termos gerais, a Teoria da Literatura, em todos os seus momentos, tomou em consideração o leitor, mas sempre em relação ao texto. Exemplo disso é o conjunto de investigações do Formalismo russo, como aqui referido. Apesar de ser tomado sempre como uma das correntes textualistas, o Formalismo não prescinde do leitor, uma vez que a idéia de desvio só pode ser pensada a partir desse

pressuposto. É absurdo pensar num grau de autonomia tal, para a linguagem, que fosse capaz de produzir seus próprios desvios.

Na verdade, é a arbitrariedade do sujeito que utiliza a linguagem é que vai determinar esse grau de desvio. A intensidade, o objetivo e a instrumentalidade desse desvio respondem a uma demanda de desejo do sujeito e não da linguagem, pois que esta existe em função daquele e vice-versa. Há, portanto, uma relação de interdependência intrínseca nessa interação, não sendo possível hierarquizar, na linha do tempo, qual dos dois elementos “vem primeiro”. Esse detalhe, aparentemente banal, óbvio e superficial, é o olho do furacão do/no ideário formalista. A linguagem, como disse, não tem autonomia para se livrar disso.

Ora, ao postular o desvio como marca da linguagem literária, o Formalismo russo está, implícita – e eu arriscaria a dizer, inconscientemente – invocando o sujeito, utilitário da linguagem. Ele se constitui nela e essa crença é tudo. Não há como escapar dessa ilação. Mais adiante, quando a idéia de desvio é substituída pela de horizonte de expectativa – a generalização, aqui, não fere o princípio epistemológico da Teoria da Literatura, nesses dois momentos de sua História: o Formalismo e a Estética da Recepção –, o sujeito continua presente, dessa feita, explicitamente.

Em qualquer uma das duas situações em que o sujeito “aparece”, acredito ser possível pensar no olhar homoerótico, como um farol. Esse olhar, no primeiro caso, apontaria para o desvio de linguagem, como um subterfúgio lingüístico para a constituição de subjetividades complexas, que poderiam ser chamadas de alteridades. É a dinâmica constitutiva que vai poder ser percebida e “aproveitada” pela própria Literatura, em primeira instância e por sua teorização, em segunda. Um bom exemplo dessa situação é o tipo de ambigüidade que se instaura quando o sujeito da enunciação e o sujeito do discurso pertencem a gêneros diferentes, como em várias canções de Chico Buarque ou, mesmo, nas cantigas de amigo da lírica trovadoresca. Quando o “poeta” fala no feminino, abre-se, de maneira inequívoca, a possibilidade de expressão de um amor nem sempre “autorizado” pelo contexto sócio-cultural. Mais ainda: é todo o sistema disciplinador de gêneros, sexualidades e papéis que se revela como convencional. Esse travestismo poético é pouco explorado e pode

render leituras interessantíssimas de algumas dessas canções ou cantigas. Por outro lado, as relações entre dois homens, por exemplo, podem explicitar, ainda que nas entrelinhas, uma homoeroticidade insuspeitada, como seria o caso, por exemplo, do conto “O sorvete”, de Carlos Drummond de Andrade; ou de “Píldes e Orestes”, de Machado de Assis; ou ainda “Frederico Paciência”, de Mário de Andrade.

Em síntese, o que se pode reafirmar conclusivamente é que o olhar homoerótico não deve se restringir a sujeitos homoeroticamente atraídos, mas alargar o campo de visão da leitura proporcionada anteriormente pela homosociabilidade manifesta e aceita pela hegemonia da cultura androcêntrica heterossexista na/da tradição. Em outras palavras, não se trata de postular um gênero exclusivo para o exercício teórico da Literatura, mas proporcionar a ela a oportunidade de examinar outros quadrantes expressivos e representacionais. O discurso ficcional engendra situações que o discurso teórico pode “explicar” – não exatamente no sentido clássico e, por que não, ultrapassado do termo. Cabe à Teoria da Literatura, esse exercício semiótico de articulação de signos culturais – e a sexualidade está inclusa em tal conjunto, sem dúvida.

Estas considerações dão um outro colorido aos impasses que a operacionalização do olhar homoerótico pode trazer para a Teoria da Literatura. No entanto, parte destes impasses pode ser esclarecida se se retomar o conceito criado por Foucault em sua genealogia da sexualidade. O que se pode entender por “moral” ou “ética”, a partir deste pressuposto, é um código de regras ideais de conduta e procedimento interpretativo. A crise é o conflito com o código, determinado pelo afastamento das condutas práticas do modelo ideal. O conceito central, nesta forma de raciocínio, é o de transgressão. O conjunto de prescrições metodológicas, que pode atingir, às vezes, o estatuto de princípios morais é o que permite julgar a gravidade das infrações cometidas. A conduta emergente é sempre definida de forma negativa. A lógica da apreciação é feita por subtração. Comparam-se as ações intencionais com os grandes princípios do código e faz-se o cálculo da deficiência. O que vai mal é o que falta. Esta falta é o “pulo do gato” aqui. Na esteira deste raciocínio, pressinto os ecos do Formalismo russo e suas idéias acerca do “desvio de linguagem”.

Como resultado de uma interlocução com o sujeito, esta linguagem não pode ser tomada objetivamente, o que leva à constatação de que o desvio que ela expressa pode ser uma decorrência de igual desvio do sujeito. Nesta dialética, a leitura do desvio, por parte da teoria e da crítica, visando à constituição de uma teoria, também vai ser desviada de um certo “caminho do bem”. A transgressão, então, se dá a perceber como única forma de se tornar plausíveis as propostas que dela mesma se podem inferir para o trabalho teórico, no caso específico dos Estudos Literários. Ocorre que tal constatação não é assim tão tranqüila. Ela também se auto-questiona, enquanto processo de definição de princípios operacionais que, porque transgressores, não podem abolir uma certa ordem de definição de campos e valores a serem seguidos, por quem assim o desejar:

Pensamos sempre que não agimos como seria bom agir porque uns transgridem as normas por cinismo e outros por ignorância. Os primeiros são autores ou cúmplices da imoralidade porque sabem o que é bom, mas manipulam as brechas do sistema social para obter privilégios ilícitos e injustos. Os segundos transgridem por inépcia; porque jamais souberam o que significa ser tratado como um sujeito moral. A convivência com o desmando ou visa à sobrevivência dos que não têm saída ou à saída mais fácil dos que sempre “se deram bem”.  
(COSTA, 1995, p.39)

É claro que em termos sociológicos a situação acima descrita não é de difícil percepção. Na verdade, a sociedade atual está sendo (infelizmente) acostumada a conviver com situação de desmando, inépcia e privilégios que, nem sempre são explicados de maneira satisfatória. Da mesma forma, o circuito institucional da Teoria da Literatura, quando se toma, por exemplo, a universidade enquanto um microcosmo que explicita analogias com a sociedade como um todo pode ser um modo de analisar a mesma situação. O fato é que existe sempre uma tendência atávica dos estudiosos de estabelecer seus próprios limites, numa tentativa de determinar áreas de poder e circunscrição de idéias e procedimentos. O movimento é

“natural”, mas sempre causa uma dissensão que, por vezes, pode ser não muito positiva. O que desejo dizer é que a transgressão por ela mesma, não leva a nada.

No caso da Teoria da Literatura, dada a natureza absolutamente relativa de seus possíveis posicionamentos crítico-interpretativos, estas dissensões não produzem uma segurança metodológica e, mesmo, epistemológica. Assim, há que se retomar a prática, sempre de um ponto adiante, sem, no entanto, desconsiderar os pontos anteriores. Um movimento difícil, principalmente quando o desejo é o de determinação de campos de ação limitados, circunscritos a princípios supostamente universais e suficientes. Numa outra perspectiva, estes mesmos princípios, estes modos de agir generalizados, podem vir a ser considerados um desvio do que seria tido e havido como o “caminho certo”.

Nesta perspectiva, não se pode deixar de lado a possibilidade de pensar a prática da leitura teórica e crítica como um instrumento político de conquista de espaço no vasto universo da cultura. Para que um suposto sistema de “valores” teórico-operacionais mantenha sua coerência, as causas devem poder funcionar como razões. Isto quer dizer que entre causas e efeitos tem de haver uma relação de plausibilidade. Os conteúdos racionais ou descritivos dos fatores causais devem apresentar certa homologia com os conteúdos dos efeitos. Os comportamentos transgressores vistos como “negativos” devem encontrar na raiz de suas causas fatos também “negativos”. Mais uma vez, a idéia de desvio se faz importante e pertinente. O aspecto deficitário do que se tornou costumeiro no exercício produtivo da teorização deve refletir o aspecto deficitário dos eventos que levaram à determinação deste mesmo exercício.

As condutas impropriamente chamadas de transgressoras põem a nu, ao mesmo tempo, o fracasso das tentativas individualizantes em meio ao “mal-estar da cultura”. Aqui, esse mal-estar pode ser percebido nas dificuldades de se vencer certos impasses epistemológicos que, ao longo dos anos, a Teoria da Literatura vem enfrentando. A determinação do que seja desvio, por exemplo, pode ilustrar um destes impasses. Isto se dá, uma vez que o Formalismo russo é tido e havido como uma “corrente” superada e, por isto mesmo, sujeita a um abandono que, em nada e

por nada, deve ser subscrito. Sua “recuperação” parece ser o caminho mais adequado a um momento como o que se vive. Se pensarmos tudo isso na perspectiva de uma ética do comportamento sócio-cultural em que se inserem os estudos literários, não se pode deixar de constatar que a imoralidade é percebida como excesso ou omissão, desequilíbrio ou inadequação à norma. É como se houvesse a possibilidade de se prever todo tipo de transgressão e, conseqüentemente, seu controle seria viável. Quando se enfoca a linguagem, tal raciocínio não procede, comprovando a impossibilidade de um controle prévio. Nestes termos, trabalha-se sempre com a idéia de que a transgressão é um desafio constante. O fracasso na tentativa de vencê-lo pode ser lido como a representação da falência no desempenho pressupostamente esperado.

O discurso, como se sabe, já foi considerado uma função representativa da linguagem na época clássica. Agora, o discurso, considerado em sua materialidade ou como prática, é um conjunto de enunciados, isto é, uma espécie de dispersão pura – no sentido em que não tem princípio de unidade, dado por um objeto, um estilo, uma arquitetura conceitual, um tema –, mas a respeito da qual a “arqueologia” estabelece uma regularidade, ou um sistema de relações que funciona como “lei” desta mesma dispersão. O enunciado, neste quadro, é o elemento a partir do qual o discurso pode ser definido: uma função que torna possível relacionar um conjunto de signos, em primeiro lugar, com um domínio de objetos, ou com um referencial; em segundo lugar, com um espaço vazio que diversos indivíduos podem/devem preencher para se tornar sujeito, um espaço vazio em que diferentes sujeitos podem vir a tomar posição. Em conclusão, os discursos são feitos de signos, mas o que eles fazem é mais do que utilizar estes signos para designar coisas ou explicitar temas. É esse “a mais” que os torna irreduzíveis à língua – e a seu perímetro de ação. É esse “a mais” que é preciso fazer aparecer e descrever. Não se trata de negar o conceito de linguagem – o que, equivocadamente, faria repetir a “condenação” do Formalismo russo e a operacionalidade de sua idéia de desvio lingüístico –, mas de defender que o discurso é mais abrangente e multifacetado que esta.

## Referências bibliográficas

- CORNEJO, Inés; URTEAGA, Maritza; VIVEROS, Frank. Las fronteras de Polanco: una mirada al género desde el consumo simbólico. *Signo y Pensamiento*, n. 28, p. 87-98, 1996.
- COSTA, Jurandir Freire. *A face e o verso: estudos sobre o Homoerotismo II*. São Paulo: Escuta, 1995.
- CULLER, Jonathan. *Teoria da Literatura: uma introdução*. Trad. de Sandra Vasconcelos. São Paulo: Beca Produções Culturais, 1999.
- EAGLETON, Terry. *Teoria da Literatura: uma introdução*. Trad. de Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, s/d.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina. *Cartografias dos estudos culturais: uma versão latino-americana*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Trad. De Inês Autran Dourado Barbosa. São Paulo: Forense-universitária, 2001. Col. Ditos e escritos, v.3.
- GUEDES, Olga. Os estudos de recepção, etnografia e globalização. In: RUBIM, Bentz (org.). *Produção e recepção dos sentidos midiáticos*. Petrópolis: Vozes: Compós, 1998, p. 107-118.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *De los medios a las mediaciones: comunicación, cultura y hegemonía*. Mexico: Gustavo Gilli, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Pre-textos: conversaciones sobre la comunicación y sus contextos*. Cali: Centro Editorial Universidad del Valle, 1995.